

# VARGAS E O ESCOTISMO: HISTÓRIA, DECRETOS E DOCUMENTOS (1930 - 1945)<sup>1</sup>

VARGAS AND THE SCOUTING: HISTORY, DECREES AND  
DOCUMENTS (1930 – 1945)

*Mariza da Gama Leite de Oliveira<sup>2</sup>*

## Resumo:

Este artigo tem o objetivo de revisitar a história da introdução do Escotismo no Brasil e compreender como este movimento de educação extraescolar tornou-se disciplina obrigatória nos currículos da Instrução Pública durante o Estado Novo. Intenta também agregar ao estudo bibliográfico já existente, duas fontes documentais localizadas no acervo do CPDOC/RJ: a Ata da fundação da Associação Brasileira de Escotismo (1914) e a monografia de Hilgard Sternberg (1939). Esperamos que tais documentos possam acrescentar conhecimentos novos e novas hipóteses ao estudo deste movimento, estratégico ao nacionalismo republicano de Vargas.

**Adaptação Curricular;** Escotismo, Hilgard Sternberg, Getúlio Vargas, Instrução Pública, Estado Novo.

<sup>1</sup> Versão preliminar deste texto foi apresentada no VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil (Cuiabá/UFMT), em 2013, como desdobramento da tese de doutorado da autora.

<sup>2</sup> Doutora e Mestre em Educação (UFRJ). Licenciada em Pedagogia e História (UFRJ/UNIRIO). Supervisora Educacional da FAETEC. Tutora em EaD da graduação em Pedagogia da UNIRIO (CEDERJ/UAB). Integrante do grupo de pesquisa PROEDES (FE/UFRJ).

This article aims to revisit the history of the introduction of Scouting in Brazil and to understand how this out-of-school education movement became a compulsory subject in the Public Instruction curricula during the New State. Its intent too to add at existing bibliographic study, two documentary sources located in the collection of CPDOC/RJ: an Act of the Foundation of the Brazilian Scout Association (1914), and the monograph by Hilgard Sternberg (1939). We hope that these documents could add new knowledge and new hypotheses to the study of this movement, strategy to the republican nationalism of Vargas.

**keywords:** Scouting, Hilgard Sternberg, Getúlio Vargas, Public Instruction, New State.

## INTRODUÇÃO

Assim, muitas vezes os argumentos daqueles que são adeptos de uma intervenção “necessária” tendem a igualar o “lixo histórico” (aquilo que supostamente “não tem importância” para a pesquisa) a um “lixo da memória”, coisas que teriam sido “esquecidas” pelos titulares no conjunto do material, mas que eles mesmos poderiam ter descartado se tivessem procedido a uma avaliação mais acurada (HEYMANN, 1997, p. 51).

Arquivos são para Heymann (1997) artefatos dotados de historicidade, nos quais incidem interferências configuradoras, isto é, conformadoras de sentido. Assim, ao passar pelo crivo do próprio titular, e de sua família, após a sua morte, os arquivos pessoais ficam sujeitos a critérios e interesses destes, no tocante ao que se deve reter e acumular.

Como nos alerta Foucault (2012), apesar dos recortes a que estão sujeitos os arquivos, um educador de História da Educação enxerga como preciosidades os documentos geralmente classificados como “lixo histórico”, e tenta produzir

a partir destes, novas reflexões e hipóteses na reinterpretação dos acontecimentos. Nesta perspectiva, este artigo intenta inserir à discussão já existente sobre o Escotismo, dados de dois documentos localizados pela autora durante visita ao acervo do CPDOC/FGV/RJ,<sup>3</sup> nos seus estudos de doutorado. Um deles é a Ata da fundação da Associação Brasileira de Escotismo (1914), que registrou o lançamento da pedra fundamental do movimento no Brasil e a criação da Associação Brasileira de Escoteiros em São Paulo. O outro documento é a monografia de Hilgard Sternberg (1939), que no governo Vargas tornou-se inspetor regional de ensino do Estado do Rio de Janeiro, e posteriormente destacou-se como pesquisador e professor de Geografia da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Os historiadores interpretam o Escotismo como um movimento de militarização da infância que se desenvolveu com a Ditadura do Estado Novo, associado ao fato de ter sido fundado por um ex-general; porém, em sua origem, esta não era a proposta do movimento; assim pensa Nascimento (2008), e na monografia de Hilgard Sternberg (1939), encontramos justificativas que reforçam esta hipótese, vinculando-o aos diversos campos do conhecimento da escolarização formal, como será abordado na primeira seção deste estudo.

Não obstante à contribuição do Escotismo para a educação escolar, transplantado para o Brasil ainda na Primeira República, sua introdução nas práticas escolares como instrumento para o fortalecimento do nacionalismo não pode ser ignorada, como tratado na segunda seção, onde são estabelecidas relações entre a formação da identidade nacional e as práticas escolares.

A legislação pode oferecer informações sobre o ordenamento legal do processo pedagógico (repertório discursivo/conformação do campo), porém, cabe considerar

<sup>3</sup> Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Fundação Getúlio Vargas/RJ).

o em torno da legislação, o emaranhado de práticas e representações, como alerta Faria Filho (1998). Desta forma, na terceira seção serão conhecidos os marcos temporais da introdução e expansão do Escotismo no Brasil, e como Vargas o legitimou como componente curricular obrigatório na Instrução Pública, por meio de leis e decretos, que se intensificaram no Estado Novo.

Assim, com o auxílio da renovação historiográfica, que nos permite dar visibilidade aos sujeitos “esquecidos da história”,<sup>4</sup> e da Micro História, que nos permite restaurar personagens e processos através dos rastros deixados pelos homens, sujeitos históricos,<sup>5</sup> este artigo pretende ampliar as discussões sobre a influência do Escotismo na Educação na Era Vargas, e seu fortalecimento no Estado Novo.

## **O ESCOTISMO COMO EDUCAÇÃO EXTRAESCOLAR – A MONOGRAFIA DO INSPETOR HILGARD STRENBORG**

Conheço os milagres operados pelo Escotismo em outros países, formando-lhes gerações admiravelmente preparadas para todas as eventualidades, quer as da vida civil, quer as da vida militar, e espero que o vosso exemplo se espalhe e frutifique, dando ao Brasil inteiro a segurança de que os moços de hoje saberão transmitir, íntegra e honradamente, às gerações futuras, a grande Pátria construída pelos seus maiores. (Presidente Getúlio Vargas *apud* STERNBERG, 1939, p. 63).

O Escotismo para Vargas, conforme expresse acima, operava milagres na formação civil e militar das gerações mais jovens, que tinham a missão de transmitir e propagar a grande Pátria construída a partir do Estado Novo.

<sup>4</sup> Cf. Rêmond (2003).

<sup>5</sup> Cf. Ginzburg (1990).

A fala do então presidente, proferida no Ajuri Escoteiro Interestadual,<sup>6</sup> foi citada no final da monografia de Hilgard Sternberg (1939) - “Escotismo e Educação: educação extra-escolar e de adultos”.

**Imagem 1 - Hilgard O’Reilly Sternberg (1917 – 2011)**



Prof. Hilgard O’Reilly Sternberg na Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Fonte: Arquivo pessoal de Maria do Carmo Corrêa Galvão, UFRJ. Sem data.

Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2048/1815>.

Hilgard O’Reilly Sternberg foi professor catedrático de Geografia do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia e professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e nos seus 93 anos de vida contribuiu grandemente para a criação e desenvolvimento da Geografia no campo acadêmico. Foi pioneiro na criação de um laboratório de pesquisas geográficas,

<sup>6</sup> O Ajuri Escoteiro Interestadual ocorreu na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1939.

numa época em que a pesquisa se concentrava no Conselho Nacional de Geografia (atual IBGE), e como resultado de seus esforços, foi criado o Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil - CPGB. Foi membro da Academia Brasileira de Ciências, do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro e de várias associações científicas estrangeiras - francesa, alemã e inglesa, além de ter sido agraciado pelo governo brasileiro com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico. O seu falecimento em 02 de março de 2011 causou grande comoção ao público acadêmico.<sup>7</sup>

Este nobre educador, que até pouco tempo esteve entre nós, em sua monografia defendeu o poder educativo da filosofia do Escotismo. Com esta obra concorreu ao cargo de Inspetor Regional de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, na Era Vargas. Os documentos indiciam que o estudo lhe rendeu a aprovação para o cargo, pois em 1941, ao ser admitido no Colégio Pedro II como professor por contrato de 1 ano, já ocupava o cargo de Inspetor Auxiliar IV, conforme publicação em diário oficial:

N. 255. O diretor da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde resolve na conformidade do disposto no item V, do art. 26, do decreto-lei n. 210, de 4 de fevereiro de 1938 e como estabelece o § 1.º, do art. 10 do decreto-lei n. 1.909, do 26 de dezembro do 1939 admitir o extranumerário mensalista, inspetor auxiliar IV, Hilgard Sternberg pelo prazo do doze meses a partir de 1-1-1941 até 31 de dezembro do 1941, para desempenhar as funções de auxiliar de ensino V no Colégio Pedro II - Externato, mediante salário mensal de 300\$0 (trezentos mil reis).<sup>8</sup>

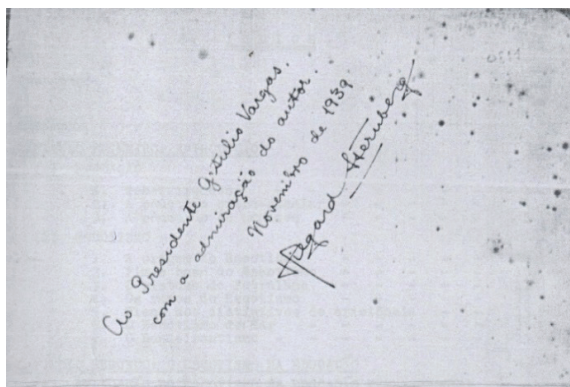
<sup>7</sup> Fonte: [www.abc.org.br/~hilgards](http://www.abc.org.br/~hilgards) e <http://revistapesquisa.fapesp.br/2011/04/03/al%C3%A9m-da-geografia>. Acesso em 05.02.2013.

<sup>8</sup> Diário Oficial da União (DOU), de 25/04/1941 – Pág. 13. Seção 1. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2259531/dou-secao-1-25-04-1941-pg-13/pdfView>. Acesso em 05/02/2013.

Nos diversos necrológios localizados na web<sup>9</sup> sobre a importância deste educador para o Rio de Janeiro, não há menção sobre estes cargos ocupados na Instrução Pública, no início de sua carreira; nem era do conhecimento de Lia Machado, sua aluna na Universidade do Brasil em 1962, e posteriormente professora do departamento de Geografia da UFRJ, a produção deste estudo sobre o Escotismo.<sup>10</sup>

Hoje é possível conhecer mais este aspecto de sua vida porque em algum momento da história, decidiram guardar a monografia que Hilgard doou a Vargas. Tal documento encontra-se no CPDOC/FGV/RJ,<sup>11</sup> e nos revela sua vida entrelaçando-se com a vida deste polêmico presidente. Na Imagem 2 pode-se observar a sua dedicatória.

**Imagem 2 – Dedicatória da monografia de Hilgard Sternberg a Vargas**



Fonte: CPDOC/FGV. Gc Rolo 25.

Ao Presidente Getúlio Vargas com a admiração do autor.  
Novembro de 1939  
Hilgard Sternberg

<sup>9</sup> Ler o necrológio de Lacorte, Miranda, Brito e Machado (2011).

<sup>10</sup> A professora Lia Machado (UFRJ) foi contatada via e-mail pela autora deste artigo em março de 2013, quando confirmou a assinatura de Hilgard Sternberg no exemplar da monografia presenteada a Vargas.

<sup>11</sup> A monografia encontra-se junto aos documentos do acervo de Gustavo Capanema, que esteve à frente do Ministério de Educação e Saúde de 1934 e 1945. CPDOC/FGV/RJ, GC Rolo 25.

A monografia de Hilgard Sternberg intenta evidenciar o poder pedagógico do Movimento Escoteiro (considerado à época uma modalidade de educação extraescolar) e sua imbricação com as disciplinas curriculares. O estudo, segundo o autor, desmitifica concepções de que as atividades escoteiras se resumem a acampamentos e excursões, e de forma pragmática apresenta por que e como o Movimento pode auxiliar a educação formal.

No primeiro capítulo são formulados os conceitos de Educação, Educação extraescolar, Educação de Adultos e Escotismo. No segundo capítulo que trata do objeto de estudo, é apresentado o que se pode esperar do Escotismo no campo da educação extraescolar e sua atuação na educação dos adultos. No terceiro capítulo, além do reforço de algumas questões já abordadas, o autor dá destaque à aplicação dos princípios metodológicos do Escotismo na escola rural do Estado do Rio de Janeiro, e finaliza com palavras do presidente Vargas, proferidas em 18.06.1939, na abertura do Ajuri Interestadual de Escoteiros, à epígrafe deste artigo.

Para conceituar Educação, Sternberg se baseia em autores como Durkheim, Dewey e Sarto, que contribuem para reforçar o caráter social, experimental e espiritual, inerentes a esta influência que as gerações adultas exercem sobre as mais jovens. Recorre a Kant para explicar a finalidade da educação: “desenvolver em cada indivíduo toda a perfeição de que ele for capaz”,<sup>12</sup> e a Kilpatrick, para quem a educação tem por objetivo “enriquecer o processo da vida por pensamentos e ações melhores”.<sup>13</sup>

A Educação extraescolar é definida pelo autor como um complemento e não um substituto da educação escolar, e teria por função “vitalizar a educação escolar, ligando-a à realidade”. Esta poderia ser exercida pela família e outras instituições vinculadas ou independentes da escola. O Regulamento do

---

<sup>12</sup> Apud Sternberg, 1939, p. 3.

<sup>13</sup> Idem.



Departamento de Educação e Instrução Pública Primária do Estado do Rio de Janeiro, baixado com o decreto nº 196-A, de 24 de dezembro de 1936, ao tratar das instituições complementares e auxiliares, assim determina, conforme transcrição de Sternberg (1939, p.5):

Art. 136. Para o cultivo de atividades em cooperação e incremento de outras oportunidades educativas, a escola terá a colaboração de instituições complementares e auxiliares, estimulando-se outras iniciativas no mesmo sentido. Ficam sugeridas as seguintes instituições: o Clube de Leitura, o Clube Esportivo, o Pelotão de Saúde, o Auditorium, a Cooperativa Escolar, o Escotismo, etc.

A Educação de Adultos, de acordo com o enfoque do estudo, não se baseia em teorias ou “ideias vagas”, mas no conhecimento prático. Sob esta ótica, tem a função de “completar, polir e atualizar” a educação dos que, por um motivo ou outro, não tiveram a educação na época oportuna: os analfabetos/principiantes; os que precisam de aperfeiçoamento e “ampliação”; e numa terceira modalidade, que o autor confessa não ser explorada por seu estudo: a “dos reclusos, delinquentes e anormais”. Tendo em vista que o adulto busca na educação alguém com quem possa discutir seus problemas e dificuldades pessoais, o autor afirma que o educador de adultos precisa “estar imbuído de uma profunda compreensão, respeito e lealdade para com a causa educacional”, evitando “conhecimentos livrescos e frases demagógicas, sem vida alguma” (STERNBERG, 1939, p. 7). Observa-se aqui a destinação de uma educação prática e aplicável ao trabalho, para este público.

Quanto ao Escotismo, são apresentadas minuciosamente suas características: origem, finalidade e fundamentos, o sistema de patrulhas, suas divisões etárias, o plano dos distintivos de eficiência, o Escotismo do Mar<sup>14</sup> e o Bandeirantismo, que é

<sup>14</sup> Devido aos limites deste artigo, não serão abordados tais aspectos, visto que são facilmente encontrados em sites do Movimento Escoteiro, e

a “versão feminina” do Escotismo, cuja diretriz principal é expressa por Sternberg: “fazer das jovens de hoje perfeitas mães do amanhã, nobres, enérgicas, capazes de guiar a educação dos filhos com a melhor eficiência”.<sup>15</sup> Cabe aqui ressaltar o lugar destinado à mulher na sociedade das primeiras décadas do século XX: dotada de espírito maternal, altruísmo, serviço e devotamento; mesmo como participante de um movimento de instinto combativo.

No segundo capítulo, “O Escotismo na Educação”, Sternberg defende que o movimento Escoteiro deveria ser tomado como auxiliar de incalculável valor para a educação, sendo talvez o meio mais eficaz de educação extraescolar e também podendo cooperar no “problema” da educação de adultos. As provas escoteiras são, a seu ver, a motivação por excelência da aprendizagem, pois criam atitudes favoráveis para estudos futuros em diversas áreas. Na mesma direção, as excursões e os acampamentos escoteiros oferecem vasto campo para o emprego do que ele chama de método de ensino ocasional; isto é, sistema natural de aprendizagem que provoca o interesse, o espírito investigativo, e a atenção dos alunos, relacionando estreitamente a escola e a vida fora da escola. Desta forma, defende que o currículo do Escotismo auxilia na aprendizagem e melhor desempenho do aluno em todas as disciplinas: Geografia, Higiene, História, Ensino da Moral, Matemática, Linguagem, Desenho, Civismo, Educação Física.

O Escotismo serviria de auxílio à Geografia por desenvolver atividades relacionadas à natureza, ao campo; por ser praticada e não teorizada, como por exemplo as excursões e passeios, em que são explorados conhecimentos geográficos em complexidade crescente.

---

reproduzidos em diversos trabalhos científicos (NASCIMENTO A., 2004; THOMÉ, 2006; NASCIMENTO J., 2008; RABELO, 2011; dentre outros).

<sup>15</sup> Velho Lobo. Guia do Escoteiro. 2ª. edição, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1932, p. 393. Citado por Sternberg (1939, p. 17).

No ensino da Higiene, é lembrado o 10º artigo da Lei Escoteira: “O Escoteiro é limpo de corpo e alma”. Além da formação de hábitos de higiene e asseio, Sternberg afirma que aprendem as bases dos Primeiros Socorros por intermédio de jogos variados.

A Matemática estaria presente nos jogos, na aprendizagem ocasional, que oferecem múltiplas possibilidades para exercícios preparatórios de cálculo. As provas para obtenção dos distintivos estariam de acordo com a “didática moderna”, que desenvolvem a capacidade do raciocínio do aluno por meio de jogos e “atividades atraentes”. Tais princípios vinculam-se à Escola Ativa de Dewey, utilizados pela Pedagogia da Escola Nova.

O Desenho seria considerado um princípio didático; cuja habilidade poderia ser desenvolvida através da reprodução de animais, árvores, lugares. Lembra o autor que os escoteiros eram orientados, por exemplo, a desenhar os detalhes de um inseto, e não a capturá-los e espetá-los.

A área de Linguagem seria beneficiada com as atividades de dramatização e a narração de contos, histórias, biografias, contribuindo para o domínio dos mecanismos de leitura e escrita, aquisição dos conhecimentos gramaticais, prática da expressão verbal e familiarização com as “belas” expressões.

A Educação Física é considerada pelo autor um dos principais objetivos do Escotismo - o aperfeiçoamento físico da criança para se manter sadia, sendo orientada a refutar hábitos prejudiciais ao organismo como o fumo, o álcool e outros excessos. Embora o autor cite as disciplinas *Estudos da Natureza* e *Trabalhos Manuais*, se abstém de descrever a relação destas com o Escotismo, pois para ele “são a própria essência do programa escoteiro!”

O ensino da Moral é destacado como preocupação primordial, pois este se basearia nas regras de honra e virilidade, sintetizadas pela Lei Escoteira. O serviço ao próximo praticado pelos escoteiros seria uma demonstração desta virtude, que tem íntima relação com o conhecimento e o dever para com Deus, primeira parte da Promessa Escoteira.

No ensino de História, a contribuição do Escotismo seria mais indireta do que em outras ciências, afirma Sternberg, e se daria através das excursões, em visitas a edifícios históricos, restos de fortificações, monumentos, num exercício de “recordação e fixação”. Ressalta que o Rio de Janeiro, por ser um Estado rico em documentação histórica sobre os ciclos econômicos, a escravidão do negro, a ação da Igreja, e outros fatos, seria um local ideal para a reconstituição das condições de vida no tempo do Império nas cidades e fazendas, e os melhoramentos introduzidos no governo de D. Pedro II; enfim, seriam temas transformados em experiências ativas, onde “repercute a vida nacional e começa a formar-se o amor à Pátria”.

Sobre o ensino do Civismo, Sternberg afirma:

No Escotismo não se ensina o Civismo. Respira-se, vive-se num ambiente de plena consciência cívica. Como a Moral, refere-se à conduta, e não pode ser assunto de mero ensino”. Diante da bandeira de sua pátria o menino faz a Promessa Escoteira ao ingressar no Movimento; o acampamento desperta com o toque em saudação à bandeira; o Hino Nacional é levado nos lábios para aonde quer que vá (STERNBERG, 1939, p. 41).

Quanto às colocações do autor sobre o Civismo no Escotismo, Souza (2000) esclarece que ao participarem das comemorações cívicas, os grupos escoteiros recriavam o fascínio popular despertado pelos batalhões infantis no início do século XX; e que as práticas cívico-militares em efervescência nas escolas atendiam a diversos propósitos, como a perpetuação da memória histórica nacional, a exibição das virtudes morais e cívicas desenvolvidas pela escola, a sua ação educadora para a unidade nacional ou a expressão do imaginário sociopolítico da República.

O autor finaliza sua exposição de motivos com a expressão:

Quer se veja no indivíduo, quer nas massas, a força decisiva e propulsora da história, o culto das grandes personalidades sempre interessa e entusiasma a criança, mormente tratando-se de figuras da história nacional (STERNBERG, 1939, p. 31).

Assim, o autor evidencia que a construção de heróis nacionais e a celebração de personagens históricos no primeiro governo Vargas foi um momento estratégico de recuperação da memória do passado nacional; a qual era atualizada nos eventos cívicos praticados nas escolas, incondicionalmente sob a orientação da Inspeção Escolar do Estado ou da Municipalidade.

## **A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS ESCOLARES**

Na busca pela centralização política e administrativa do Estado, diversas políticas foram implantadas na Era Vargas como por exemplo a unificação do currículo escolar nacional e a ação de propaganda e censura do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Tais ações visavam enfraquecer os estados, que na Primeira República eram preponderantes. No contexto mundial, a ideologia fascista se disseminava, influenciando o mundo americano e europeu, tendo como princípio a superioridade do Estado às do indivíduo e da sociedade. A autoridade seria o caminho para forjar os laços nacionais e construir a unidade, promovendo para isto o afastamento das discordâncias, discussões e críticas.

Oliveira Vianna (1883–1951) é considerado o ideólogo do Estado Novo por defender a teoria do “racismo científico”, que nos auxilia na compreensão do pensamento dominante no contexto das décadas de 1920 e 1930. Em sua primeira obra datada de 1920 o povo brasileiro foi pensado a partir de três “tipos sociais”: o matuto, o sertanejo e o gaúcho, os

quais a colonização portuguesa formou.<sup>16</sup> Nela buscava ressaltar o quanto somos distintos dos outros povos, e entre o “país ideal” pensado por intelectuais a partir de modelos criados sem respaldo da realidade, o “país real” é que constituía a nação brasileira, para a qual era preciso buscar uma via própria de desenvolvimento para superação do atraso. Para Vianna, a mistura das raças teria criado subtipos sociais, que inferiorizavam o Brasil, mas a solução viria com o “branqueamento” da raça. Segundo essa ideologia, a vinda de imigrantes europeus poderia contribuir para a elevação da população e levá-la a superar seu atraso e ingressar no rol das nações civilizadas. No entanto, Vianna mostra o lado negativo da colonização, que gerou uma sociedade fragmentada, com ausência de laços nacionais, e latifúndios circunscritos a laços parentais, sem traços de solidariedade. No “país real” de Vianna, a democracia não passaria de ingenuidade e idealismo da elite do “país ideal”. A República era uma grande decepção, pois não garantia a mesma unidade do Estado Monárquico. Apropriando-se desse ideário, o Estado Novo de Vargas seria a retomada de um Estado forte, capaz de impor-se sobre as disputas locais (RICÚPERO, 2008).

No regime do Estado Novo, nacionalismo e autoritarismo são ângulos distintos e complementares do processo de formação do Estado nacional. “A soberania como atributo exclusivo do Estado e a capacidade de ação do governo federal sobre todo o território se unem na realização do objetivo comum de criar a nacionalidade” (OLIVEIRA, 1982, p. 16).

O tema da educação adquiriu um lugar de relevo na arena de debates em torno de projetos de reestruturação nacional e de afirmação das bases da nacionalidade desde os anos 1920; momento este marcado pela tentativa de colocar o país no ritmo da história, de torná-lo contemporâneo do seu tempo, de recriá-lo à altura do século XX (MOTTA, 1992,

<sup>16</sup>Cf. Ricúpero (2008).

p. 29 – 30). Assim, o projeto político-ideológico do Estado Novo foi extremamente bem articulado, “soube capitalizar os acontecimentos, reforçar situações e, sobretudo, convencer da preeminência de uma nova ordem, centrada no fortalecimento do Estado” (VELLOSO, 1982, p. 71).

O nacionalismo da República ao transformar o patriotismo em “religião”,<sup>17</sup> além de conferir sentido à vida e à morte do indivíduo, determinando suas escolhas, seus valores e seu modo de vida, também estabelecia obrigações e deveres, próprios às diferentes idades, dando a elas um significado específico, de acordo com o que cada uma poderia oferecer à pátria. A juventude passa a ser a fase mais valorizada neste contexto, pois o corpo está no seu auge, o caráter está formado, e o indivíduo ainda não constituiu família; assim, a sua entrega à pátria pode ser total (HANSEN, 2007, p. 189).

Freitas & Biccas (2009) afirmam que na Ditadura do Estado Novo a política educacional configurou-se de forma autoritária e “uniformizante”. O governo implementou várias medidas junto ao sistema escolar primário e secundário no intuito de reforçar a bandeira do nacionalismo, modificando o currículo e as práticas escolares de modo que tais estratégias repercutissem diretamente no ensino da moral, abrindo espaço à influência católica, ao civismo, à educação física, à história, à geografia brasileira, ao canto orfeônico, presentes nas festividades que davam destaque às suas ações. Nesse sentido adquire relevância refletir-se sobre a categoria Cultura Escolar, que segundo Julia (2001, p. 10), “não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular”.

A Escola e o processo de escolarização são essenciais nas formações sociais, pois não se pensa em prática socializadora a não ser segundo o modelo escolar, que implica na apropriação

<sup>17</sup> Cf. Coelho Netto (1921 apud Hansen, 2007, p. 188).

de saberes e na aprendizagem das relações de poder. Regular o tempo da criança, mantê-la ocupada incessantemente (não para enquadrar ou vigiar, mas para gerar disposições de regularidade), submetê-la a regras impessoais, repressão da espontaneidade, são alguns exemplos da ação da “forma escolar”, que extrapolam as fronteiras da própria escola e servem de modelo para numerosas instituições e grupos sociais. Apesar de resistências, conflitos e lutas, a excelência da escola é consagrada universalmente, e reconhecida até mesmo pelos que não a frequentam ou não são bem-sucedidos nela. A escola e a escolarização se desenvolveram até se tornarem essenciais na produção e reprodução de nossas formações sociais, das hierarquias, das classes; haja vista que hoje as trajetórias sociais e profissionais são dependentes das trajetórias escolares.<sup>18</sup>

O que Vincent, Lahire e Thin (2001) defendem ao analisarem a categoria “forma escolar” é a negação de sua naturalização. Para estes, “o aparecimento e o desenvolvimento da forma escolar podem ser colocados em relação com o desenvolvimento da forma política historicamente singular que recebeu o nome de Estado” (p. 10), sendo encontrada em inúmeras atividades das quais a criança participa fora da escola. Na visão desses autores, no caso de pais oriundos de classes superiores e médias, a busca pelas atividades extraescolares ocorre não somente para ocupar o tempo livre da criança ou para adquirirem saberes específicos, mas também revelam as preocupações educativas, para que nutram o gosto pelo esforço e o hábito da disciplina. Acreditamos ser este o caso do Escotismo, cuja história revisitaremos sucintamente, identificando seus marcos temporais, de introdução e expansão no Brasil, bem como os decretos e leis firmados por Vargas, que transformaram o movimento, de educação extraescolar, em componente obrigatório nos currículos escolares.

<sup>18</sup> Cf. Vincent, Lahire e Thin (2001, p. 13 – 15; 38 – 39).



## O ESCOTISMO COMO PRÁTICA ESCOLAR OBRIGATÓRIA (1936 – 1945)

O Escotismo foi introduzido no Brasil em 1910, pela iniciativa de marinheiros e oficiais da Marinha, que se impressionaram com a força do movimento na Inglaterra, e ao retornarem ao Brasil trouxeram consigo uniformes escoteiros e a disposição de divulgar o dito “novo método educacional complementar”, idealizado por Baden Powell.

A Ata da fundação da Associação Brasileira de Escotismo, datada de 29 de novembro de 1914, conta a história de como o Escotismo foi lançado como entidade nacional.

### Imagem 3 - Escoteiros do Instituto Ferreira Vianna<sup>19</sup>



Fonte: Arquivo pessoal de Sonia Lopes (professora associada ao PPGE/UFRJ).

Nesta foto encontra-se o seu avô. Data aproximada: 1916-1918.

<sup>19</sup> O Instituto Ferreira Vianna, hoje Escola Técnica Estadual Ferreira Vianna, da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC/RJ), teve origem como instituição no final do século XIX. Sua finalidade era abrigar meninos órfãos ou abandonados, entre 6 e 12 anos. Os projetos e práticas desta instituição foram objeto de pesquisa de doutorado da autora deste artigo.

A cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Escotismo em nosso país ocorreu numa reunião no bairro do Catumbi, na cidade do Rio de Janeiro. A partir de 1914 surgiram em outras cidades vários núcleos dos quais o mais importante foi a ABE - Associação Brasileira de Escoteiros, em São Paulo, fundada em 29 de novembro, em assembleia convocada pelos Drs. Mario Sérgio Cardim, Ascanio Cerqueira e Alcântara Machado, com o apoio de diretores de estabelecimentos de ensino, Secretários de Justiça e da Segurança Pública de Estado.<sup>20</sup>

Em 1915 uma proposta para reconhecer o Escotismo como entidade de Utilidade Pública, isto é, como uma organização orientada para fins de interesse geral e que presta serviços de maneira desinteressada à sociedade, resultou no Decreto do Poder Legislativo nº 3297, sancionado pelo Presidente Wenceslau Braz em 11 de julho de 1917 que no Art. 1º estabelecia: "São considerados de utilidade pública, para todos os efeitos, as associações brasileiras de escoteiros com sede no país."<sup>21</sup>

Segundo estudos de Adalson Nascimento (2004), no campo político a LDN (Liga da Defesa Nacional) foi a primeira entidade a defender o Escotismo. Olavo Bilac, Pedro Lessa e Álvaro Alberto criaram-na em 1916, com o objetivo de incentivar os sentimentos patrióticos, por meio, principalmente, da Educação Cívica. Olavo Bilac promovia palestras em diversos estados em prol da implantação do serviço militar obrigatório entre os anos 1915 e 1916, culminando sua campanha na criação da Liga.

Em 1921 foi fundada no Rio de Janeiro a Confederação Brasileira dos Escoteiros do Mar, no entanto, a entidade só

<sup>20</sup> Ata da fundação da Associação Brasileira de Escotismo, lançada como entidade nacional em 29 de novembro de 1914 (documento datilografado em 4 páginas), Arquivo do CPDOC/RJ. GC, rolo 25.

<sup>21</sup> Fonte: [http://escoteiros.wikia.com/wiki/Hist%C3%B3ria\\_do\\_Escotismo\\_no\\_Brasil](http://escoteiros.wikia.com/wiki/Hist%C3%B3ria_do_Escotismo_no_Brasil). Acesso em 11.09.2012.

ganhou amplitude nacional com a fundação da UEB - União dos Escoteiros do Brasil no Rio de Janeiro, no ano de 1924, por iniciativa da Confederação dos Escoteiros do Mar, Associação de Escoteiros Católicos, Federação dos Escoteiros do Brasil e Federação dos Escoteiros Fluminenses, para promover a unificação dos grupos e núcleos escoteiros dispersos no país.

Pelo decreto 342 de 12 de dezembro de 1936, tornou-se obrigatório o ensino e a prática do Escotismo nas escolas primárias e secundárias de todo o território nacional. Embora a Lei não tivesse sido regulamentada, isto “revela a existência de grupos interessados pelo Movimento e o status alcançado pelo Escotismo na sociedade brasileira. Em 1937, no âmbito do ensino primário, existiam 347 escolas que mantinham grupos escoteiros no Brasil, mais da metade delas no Estado de São Paulo”, assegura Adalson Nascimento (2004, p. 108). Há razões para se acreditar que esta foi uma das medidas estratégicas de Vargas contra as “ameaças comunistas” ocorridas no ano anterior, visando forjar no espírito e na mente juvenis os ideais patrióticos.

Segundo o pesquisador Jorge Carvalho do Nascimento (2008), os historiadores interpretam o Escotismo como um movimento de militarização da infância que se desenvolveu com a Ditadura do Estado Novo, associado ao fato de ter sido fundado por um ex-general. Entende o autor que esta não era a proposta do Movimento Escoteiro em sua origem, mas por ser um movimento que atraía a juventude, despertou o interesse de ditadores como Vargas, a exemplo de Alemanha, Itália e Portugal.

Em coerência com este princípio, Thomé (2006) classifica o Integralismo como um fenômeno que também prejudicou os princípios do Escotismo. O Integralismo, inspirado em moldes italianos, foi oficializado no Brasil em 1932 com a criação da Ação Integralista Brasileira. Liderada por Plínio Salgado, possuía um caráter fascista e defendia um programa nacionalista, com um Estado autoritário.

Conforme estudos de Fraga (2012), a ditadura iniciada em 1937, baseada em uma ampla rede de censura e propaganda, não mediu esforços para enaltecer a figura de Vargas, principalmente após a criação do DIP, em 1939, que se encarregou de elaborar filmes, livros, discursos, desfiles e todo o tipo de produção capaz de divulgar suas virtudes de grande estadista. A construção da imagem de Vargas pela propaganda tinha a intenção de atingir especialmente as crianças e os jovens. Desta forma, foram distribuídas nas escolas livros e cartilhas que narravam a vida do presidente apresentando-o como um homem predestinado para comandar e defender a nação brasileira, sendo comparado aos grandes heróis nacionais. As escolas eram orientadas a realizar concursos de redação que buscavam levar as crianças a refletirem sobre os maiores vultos do passado. A mobilização do sistema escolar através dos concursos biográficos, exposições, desfiles, apresentações dos escoteiros, foi a forma indireta de Vargas e integrantes do regime construírem sua imagem heroica.

Com o mesmo objetivo, neste período foram inauguradas inúmeras estátuas de grandes heróis nacionais, e produzidos muitos bustos do chefe da nação, como recurso fundamental empregado por Vargas no processo de aproximação entre os “grandes mortos” e os “grandes vivos” (FRAGA, 2012), reforçado pela produção de livros, onde era relacionada a figura de Vargas à de Anchieta, pela contribuição que ambos teriam dado ao teatro brasileiro; fazia-se também comparações entre o presidente e Duque de Caxias, ressaltando-se em ambos afinidades e virtudes comuns: coragem, força e amor pela Pátria.

Pelo Decreto-Lei nº 2.072, de 08 de março de 1940, foi criada a Organização Nacional da Juventude, destinada a ministrar educação moral, cívica e física à infância e juventude, e pelo Decreto-Lei nº 2.310, de 14 de junho de 1940,<sup>22</sup> esta

<sup>22</sup> CPDOC, Arquivo Gustavo Capanema, rolo 25, GC 34.09.07/2 (documento datilografado).

organização incorporou o Movimento Escoteiro, que passou a adotar o estandarte e o cântico daquela organização, até o fim do Estado Novo.

A ação educativa da Juventude Brasileira deveria ser desenvolvida essencialmente através de suas comemorações, a serem organizadas pelo Centros Cívicos, obrigatoriamente criados em cada estabelecimento de ensino primário ou de grau secundário, a fim de cumprirem as finalidades da Juventude Brasileira, decretadas pela lei nº 4.101, de 09 de fevereiro de 1942: I – Despertar a veneração dos grandes mortos e o entusiasmo pelos grandes feitos da história nacional; II – Afervorar o amor dos ideais nacionais e o interesse pelos problemas do país; e III – Suscitar a prática firme e constante das virtudes patrióticas. Assim, pelo culto patriótico, a organização buscava acentuar no espírito das crianças e dos jovens o sentimento de responsabilidade pela segurança e engrandecimento da Pátria, e as comemorações especiais eram prestadas em face da Bandeira Nacional, tendo o Hino Nacional, a sua primeira e maior expressão.<sup>23</sup>

Em 1946 a União de Escoteiros do Brasil voltou a ser uma instituição destinada à educação extraescolar, porém ainda realizando suas finalidades mediante acordo de cooperação com o Ministério da Educação e Saúde.<sup>24</sup> Afirma Nascimento (2008), que a organização permaneceu como uma entidade do Ministério de Educação até 1950, quando voltou a ser um organismo da sociedade civil.

O Movimento Escoteiro pode ser considerado um projeto civilizador republicano no interior da escola que deu muito certo para os objetivos do Estado Novo, pela vinculação ao Ministério de Educação e Saúde e à Juventude Brasileira. Não obstante às suas inegáveis contribuições ao desenvolvimento da aprendizagem em diversas áreas de conhecimento, muito bem detalhadas por Hilgard Sternberg (1939), não se pode

<sup>23</sup> Cf. Decreto-Lei nº 4.101, de 09 de fevereiro de 1942.

<sup>24</sup> Cf. Decreto-Lei nº 8.828, de 24 de janeiro de 1946.

ignorar que a criação de instituições e organizações sociais têm grande importância num projeto de constituição e aceitação de Estados centralizados, despertando nos indivíduos laços de solidariedade, pertencimento e conformação ideológica, como aponta Hobsbawm (1992).<sup>25</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a Revista Cultura Política, que circulou de março de 1941 a outubro de 1945, destinada a fazer a propaganda do regime Vargas,<sup>26</sup> os intelectuais tinham um papel de fundamental importância na estruturação da “nova ordem”. Como formadores de opinião pública, a eles cabia a função de unir governo e povo, traduzindo a voz da sociedade. Não diferentemente destes, pode-se concluir que Hilgard Strenberg, através do seu estudo sobre o Escotismo, beneficiou-se desta rede de sociabilidades,<sup>27</sup> em que seus integrantes pronunciavam um discurso afinado ao de Vargas; imbuídos de atitudes não desinteressadas no acirrado campo de disputas políticas, que se tornou a Instrução Pública.

---

<sup>25</sup> Apud Nascimento (2004, p. 40)

<sup>26</sup> A revista era dirigida por Almir de Andrade, diretamente vinculada ao DIP.  
Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducaoCulturaPropaganda/CulturaPolitica>. Acesso em 05.06.2012.

<sup>27</sup> Ler mais sobre a categoria Redes de Sociabilidades em Gontijo (2005).

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. Decreto nº 3.297, de 11 de julho de 1917. Considera de utilidade pública as associações brasileiras de escoteiros com sede no país, e de imprensa, com sede na Capital Federal.

BRASIL. Lei nº 342, de 12 de dezembro de 1936. Institui o escotismo nas escolas primárias e secundárias do país.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.072, de 08 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.310, de 14 de junho de 1940. Incorpora à Juventude Brasileira a União dos Escoteiros do Brasil.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.101, de 09 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da Juventude Brasileira.

BRASIL. Decreto n.º 8.828, de 24 de janeiro de 1946. Dispõe sobre o reconhecimento da União de Escoteiros do Brasil como órgão máximo do Escotismo no Brasil, e instituição destinada à educação extraescolar.

FARIA FILHO, Luciano M. de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org). *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Editora Autêntica: Belo Horizonte, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia o saber*. 8ª. edição, Ed. Forense Universitária, 2012.

FRAGA, André Barbosa. Os grandes mortos do passado e os grandes vivos do presente: a comparação entre os integrantes do governo Vargas e os personagens da história do Brasil como estratégia de legitimação do regime. In: *Anais Semana de História Política e Seminário Nacional de História da UERJ*, 7, 4, Rio de Janeiro. UERJ, PPGH, p. 163 – 172, 2012. Disponível em: <http://www.semanahistoriauerj.net/anais.htm>. Acesso em: 01.10.2014.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. *História social da educação no Brasil (1926 – 1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 259-284.

HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007.

HEYMANN, Luciana. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Revista Estudos Históricos*, 1997. (p. 41–66).

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. n.º1 jan./jun. 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Downloads/273-846-1-PB.pdf>. Acesso em 26.02.2017.

LACORTE, M. H.; MIRANDA, M.; BRITO, M.; MACHADO, L.O.. Hilgard O'Reilly Sternberg (Rio de Janeiro, 1917- Fremont, 2011). *Espaço Aberto*, PPGG - UFRJ, V. 1, N.1, p. 189-192, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2048/1815>.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. *Sempre Alerta! O Movimento Escoteiro no Brasil e os projetos nacionalistas de educação infanto-juvenil 1910–1945*. Dissertação de Mestrado em História (PPGH/UFGM), 2004.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A escola de Baden Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de Estado no Brasil*. Ed. Imago, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica P.; GOMES, Angela de Castro. (org.) *O Estado Novo: ideologia e poder*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1982, p. 14 - 30.

RABELO, Ricardo Rocha. O escotismo enquanto prática pedagógica no início do século XX: um olhar a partir das associações voluntárias. In: COLÓQUIO



INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 5, 2011, São Cristóvão. *Anais...* Sergipe: UFS, 2011, p. 1 – 9.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÈMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 13 – 36.

RICÚPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. 2ª. Edição. São Paulo: Alameda, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Cadernos Cedes*, ano XX, nº 52, novembro/2000.

STERNBERG, Hilgard. *Escotismo e Educação: educação extra-escolar e de adultos*. Monografia apresentada à banca do concurso para inspetor regional de ensino do Estado do Rio de Janeiro, 21.08.1939 (documento datilografado; 65 páginas). CPDOC/FGV/RJ, GC Rolo 25.

THOMÉ, Nilson. Movimento escoteiro: projeto educativo extra-escolar. *Revista HISTEDBR Online*. Campinas, nº 23, set. 2006, p. 171 – 194.

VELLOSO, Monica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 71–108.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, jun/2001, p. 7 - 48.

